XXXI ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Sociedade Brasileira de Economia Política

Racismo e Dependência: um ensaio sobre o papel da exclusão racial na economia da Primeira República (1889-1930)

Racism and Dependency: An Essay on the Role of Racial Exclusion in the Economy of the First Republic (1889–1930)

Matheus Pires Matos[1]
Taís Dias de Moraes[2]

Resumo: O objetivo desse artigo é fazer uma análise do processo de formação do mercado de trabalho nacional a luz da formação econômica brasileira (com base em Florestan Fernandes, Clóvis Moura, Caio Prado Jr. e Celso Furtado) evidenciando como o aspecto racial se relaciona com a configuração de uma economia dependente de origem colonial como suporte do processo de dupla articulação. Desse modo, o trabalho busca responder de que forma o aspecto racial contribui para a dinâmica de reprodução do capitalismo dependente na Primeira República (1889). A hipótese é que a manutenção de uma economia voltada para fins externos e de uma elite que mimetiza o padrão do centro a partir da exclusão de uma grande fração da população teve como um dos seus fatores viabilizadores a formação de um mercado de trabalho racialmente excludente, fruto de uma política econômica e política de embranquecimento da população.
Palavras-chave: capitalismo dependente; Primeira República; racismo; mercado de trabalho.

Abstract: The objective of this article is to analyze the formation of the national labor market in light of Brazil's economic development (drawing on the work of Florestan Fernandes, Clóvis Moura, Caio Prado Jr., and Celso Furtado), highlighting how racial factors relate to the configuration of a colonial-origin dependent economy as a foundation for the process of dual articulation. Thus, this study seeks to answer how the racial aspect contributes to the dynamics of the reproduction of dependent capitalism during the First Republic (1889). The hypothesis is that the maintenance of an economy oriented toward external ends and of an elite that mimics the

[1] Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Pesquisador do Grupo de Estudos em Desenvolvimento Econômico Brasileiro (GEDEB/UFVJM), Mestre em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp) e Doutorando no IE/Unicamp. https://orcid.org/0009-0009-0171-7090 . E-mail: matheusmattosp.mp@gmail.com.
[2] Cientista econômica formada pela UNICAMP, mestra e doutoranda em Desenvolvimento Econômico pela mesma instituição, na área de Economia Social e do Trabalho (CESIT). Co-coordenadora do Grupo de Trabalho de Economia Política das Relações Raciais, da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP). https://orcid.org/0009-0001-6250-9932. E-mail: t187260@dac.unicamp.br.

pattern of the center through the exclusion of a large portion of the population had, as one of its enabling factors, the formation of a racially exclusionary labor market, the result of economic and political policies aimed at whitening the population.
Keywords: dependent capitalism; First Republic; racism; labor market.

Área Temática 2: História Econômica

Introdução

O tema central do presente artigo reside na análise da formação do mercado de trabalho brasileiro como um dos fatores que viabilizaram a consolidação de um capitalismo dependente, incapaz de ser o motor do seu próprio desenvolvimento econômico e de criar condições sociais e de luta de classes que possibilitem a criação de um estado de bem-estar social. Mais especificamente, o objeto de estudo será como o racismo, por meio de políticas estatais de branqueamento, permitiram a criação de uma estrutura social alheia às necessidades de sua população e voltada para atender aos interesses dos países do centro industrializado.

A hipótese é que a manutenção de uma economia voltada para fins externos e de uma elite que mimetiza o padrão do centro a partir da exclusão de uma grande fração da população teve como um dos seus fatores viabilizadores a formação de um mercado de trabalho racialmente excludente. Tal processo teria sido fruto de uma política econômica e política de embranquecimento da população, que permitiu, ao mesmo tempo, pressionar os salários e desmobilizar movimentos operários reivindicatórios, permitindo assim, a maximização da mais valia e a manutenção de poder das classes dominantes nacionais e o atendimento às demandas externas.

A justificativa para esta abordagem reside na compreensão de que o racismo, longe de ser um resquício arcaico, revelou-se um elemento de estratificação social funcional à extração de riqueza, durante a Primeira República (1889-1930), e que criou marcas profundas no capitalismo brasileiro, mesmo com as grandes transformações ocorridas até então. Assim, o objetivo deste artigo é analisar o processo de formação do mercado de trabalho nacional à luz da formação econômica brasileira — baseando-se em autores como Florestan Fernandes, Clóvis Moura, Caio Prado Jr. e Celso Furtado — evidenciando como o racismo sustenta o processo de "dupla articulação" da economia dependente.

Para tal, as temáticas articuladas para tal análise serão apresentadas da seguinte forma: dependência, desenvolvimento capitalista e mercantilização das relações de trabalho; a expansão da economia cafeeira e o problema da mão de obra; política estatal, mercado de trabalho e racismo; contradições geradas no processo e o movimento operário.

Dependência, desenvolvimento capitalista e mercantilização das relações de trabalho na organização social brasileira na primeira metade do século XX

Dentro da lógica de reprodução do sistema capitalista, a geração de desigualdades se apresenta como um traço característico do seu funcionamento, um resultado da sua lógica de extração e apropriação de riqueza em um sentido de acumulação constante. No âmbito doméstico, essas desigualdades se expressam na divisão de classes e na extração de mais valia a partir da classificação social estabelecida pelos portadores de capital e aqueles que são explorados por ele. Transpondo para o contexto internacional, a desigualdade produzida pela sociabilidade capitalista pode ser expressa na polarização entre centro/periferia, desenvolvimento/subdesenvolvimento e de capitalismo autodeterminado/dependente.

Esses binômios no fim e ao cabo expressam a heterogeneidade com que o capitalismo assume ao expandir para sociedade com formações diversas e que se inserem dentro da sua lógica assumindo papéis distintos na ordem global de valorização do capital. De acordo com Sampaio Jr. (1997), pode-se dividir a participação desses países entre aqueles países que são responsáveis pela produção de progresso técnico e que são impulsionadores do desenvolvimento capitalista e aqueles que "absorvem com retardo e de maneira restrita às transformações difundidas pelos centros hegemônicos" (Sampaio Jr, 1997, p. 100).

As economias que ocupam esse papel passivo nas transformações dos sistema global são consideradas periféricas e dependentes, com sua característica mais marcante sendo a constituição de uma forma capitalista que foge do seu tipo ideal de funcionamento. Em um contexto dependente, a economia nacional perde sua capacidade de ser o motor do seu próprio desenvolvimento econômico e de criar condições sociais e de luta de classes que possibilitem a criação de um estado de bem-estar social. Isso ocorre devido a falta de autodeterminação dessas economias, refletida na incapacidade de controlar o seu processo de acumulação no sentido de promover o avanço de suas forças produtivas e de conter o seu caráter anti-social, anti- nacional e anti-democrático (Sampaio Jr., 1997).

Resumidamente, dentro do capitalismo dependente se tem a "reprodução de uma série de nexos econômicos e políticos que bloqueiam a capacidade de controlar o seu tempo histórico" (Sampaio Jr., 1997, p. 100). Isso faz com que esses países sejam reflexos das transformações que se irradiam do centro (o que não exclui a existência de uma certa capacidade interna de controle desses processos por meios políticos, dado que precisam de suportes econômicos, socioculturais e morais

os quais a periferia controla o ritmo e a intensidade de sua absorção)[3], mas sem que isso produza uma sociedade análoga a de onde esses estímulos vieram (Sampaio Jr., 1997).

> O sistema capitalista mundial dificulta a capacidade de as sociedades dependentes controlarem o seu tempo histórico porque as submete a padrões de eficiência econômica e a estilos de vida muito além de suas potencialidades técnicas e mercantis de sua economia, ou seja, forçam-nas a absorver as revoluções econômicas e culturais de maneira anárquica antes que elas possam criar os requisitos necessários para submeter as estruturas e os dinamismos sociais a controles sociais construtivos. Por um lado, o espaço econômico nacional é excessivamente permeável às revoluções na conjuntura mercantil e nas formas de organização da produção irradiadas das economias centrais. Por outro, as estruturas econômicas, sociais e culturais são extraordinariamente vulneráveis às transformações mercantis que se impõem de fora para dentro (Sampaio Jr., 1997, p. 105).

A partir dessa compreensão é que nos debruçamos sobre o tema que esse artigo se propõe a analisar: como a atuação do racismo no mercado de trabalho em formação representou um suporte econômico e ideológico para a manutenção da lógica dependente na economia brasileira durante o período da Primeira República (1889-1930). Uma economia que se insere no contexto mundial na posição periférica e dependente e cujo o passado colonial moldou a sua forma de organização econômica e social com a prevalência de elementos que poderiam ser considerados arcaicos, mas que na verdade se revelam como suportes ao seu dinamismo - como no caso aqui trabalhado, o racismo como um elemento de estratificação social e da força de trabalho.

Nessa sociedade o desenvolvimento das forças capitalistas irradiado pelo centro se articulou com uma estrutura socioeconômica que se organizou a partir de fins externos desde a sua integração à formação do capitalismo durante a colonização, como apontou Prado Jr. (1953, 1954, 1961a, 1961b). Com um sistema produtivo baseado na produção de mercadorias agrícolas e matérias primas que fossem úteis para o comércio europeu e sua indústria. A superestrutura que deu suporte a essa "primeira grande empresa agrícola européia" (Furtado, 2007, p. 31) também seguia a mesma premissa, com a criação de uma estrutura social alheia às necessidades de sua população e voltada para atender aos interesses dos países do centro industrializado (Furtado, 2007; Ribeiro, 2018; Fernandes, 2020).

> A estratificação social historicamente tem também como característica a racionalidade resultante de sua montagem como negócio que a uns privilegia e enobrece, fazendo-os donos da vida, e aos demais subjuga e degrada, como objeto

[3] Sobre isso Sampaio (1997, p. 106) diz: "Contudo, as transformações capitalistas difundidas do centro precisam de suportes econômicos, socioculturais e morais que não podem ser artificialmente transpostos para a periféria, os condicionantes externos não são capazes de definir unilateralmente o movimento das sociedades dependentes. Por essa razão, seu tempo histórico é determinado, em última instância, pelo modo como a sociedade periférica reage ao impacto dos dinamismo externos, negando-os, sancionando-os ou superando-os".

> de enriquecimento alheio. Esse caráter intencional do empreendimento faz do Brasil, ainda hoje, menos uma sociedade do que uma feitoria, porque não estrutura a população para o preenchimento de suas condições de sobrevivência e de progresso, mas para enriquecer uma camada senhorial voltada para atender às solicitações exógenas (Ribeiro, 2018, p. 160).

A partir da interpretação proposta por Ribeiro (2018), Prado Jr. (1953, 1954, 1961a, 1961b), Furtado (2007, 2001) e Fernandes (2020), compreendemos a estrutura colonial como o molde no qual o Brasil foi construído. Essa continuou a se reproduzir no decorrer da história e se adaptou as mudanças internas (Independência, Abolição da Escravidão, Proclamação da República) e a transição da Europa para o sistema capitalista, posteriormente, para o imperialismo.

Porém, tal estratificação social apresenta uma marca racial clara, fenômeno que encontra suas raízes e estruturação desde os primórdios do capitalismo, visto que este não pôde se formar sem a acumulação colonial – que teve como base a mão de obra escrava – e que só se desenvolveu para sua fase industrial graças ao rebaixamento do custo de produção pela periferia, que se insere na economia mundial com um papel primário-exportador. Isso porque, para que ocupasse esse espaço, foi necessário exigir das economias periféricas a generalização das relações mercantis, mais especificamente a mercantilização das forças de trabalho, o que só é possível com uma população livre, superabundante e expropriada (Mello; Novais 1982). É a partir dessa necessidade, de inundar o mercado de trabalho com mão de obra disponível e barata, que a vinda de imigrantes em massa para a economia brasileira, mais especificamente para as localidades de maior desenvolvimento industrial nascente, tomou seu papel protagonista na transição do trabalho escravo para o assalariado (Moraes, 2026).

Nesse sentido, a discriminação é, útil e crucial para a formação e sustentação do sistema capitalista, já que este necessita de um exército industrial de reserva[4] para pressionar os salários e manter uma competição constante e latente no mercado de trabalho. E a história da formação econômica mundial e de cada economia nacional, além da interação entre ambas, explica como foi definido quais grupos populacionais estariam na base dessas sociedades (Mello; Novais 1982). Da mesma forma que define quem serão os grupos a serem beneficiados por essa relação desigual ao se apropriar da maior parte do excedente (Gonzalez, 2020).

Por isso, a análise das raízes históricas e seus desdobramentos ao longo do tempo é crucial para a compreensão de como se formou o grupo de trabalhadores considerados mais "aptos" e, em contrapartida, os "inaptos", que seria o grupo marginalizado ou excluído da força de trabalho.

[4] Conceito apresentado por Marx (2008), no livro I de O Capital, para denominar o contingente de trabalhadores "excedente", ou seja, que não são empregados pelo capital (industrial, comercial ou bancário) ou por instituições que o legitimam (como, por exemplo o Estado ou as Organizações Não Governamentais), mas está disponível para tal. Nesse sentido, uma parcela desse contingente é recrutada quando a demanda por mão de obra aumenta a reboque do aumento da acumulação de capital, da mesma forma que é dispensada quando o contrário ocorre. Isto é, proporciona mão de obra de acordo com as necessidades variáveis da expansão do capital.

Ou seja, o capitalismo brasileiro só pode ser entendido plenamente pela forma peculiar que suas relações sociais básicas se constituíram (Mello; Novais, 1982) e se mantiveram ou se transformaram ao longo do seu desenvolvimento capitalista.

A economia exportadora cafeeira, período de análise do presente artigo, é uma clara manifestação dessas transformações que preservavam o sentido no qual o país havia sido construído, de forma que perpetuou a estrutura econômica pré-existente ao mesmo tempo em que absorveu as principais mudanças na dinâmica capitalista.[5]

A expansão da economia cafeeira e o problema da mão de obra

A expansão da economia cafeeira contou com o crescimento do comércio mundial e da exportação de capitais vindos dos país centrias, que foram essenciais para o financiamento da produção e transporte de mercadorias através de empréstimos e até mesmo com a entrada de empresas estrangeiras nos ramos de importações, exportações, bancos de financiamento; portos e ferrovias (Furtado, 2007; Silva, 1981; Campos, 2009).[6]

Ou seja, o contexto de crescimento do comércio internacional na segunda metade do século XIX e de exportação de capitais, teve uma grande influência sobre a economia brasileira ao proporcionar um ambiente propício ao crescimento do setor. As cotações internacionais do café apresentaram-se em alta a partir de 1850. Além disso, o aparecimento dos navios a vapor no Atlântico Sul deu um novo impulso ao comércio de longas distâncias e, em particular, veio favorecer as relações comerciais entre o Brasil, Europa e Estados Unidos (Silva, 1985).

Contudo, as possibilidades de expansão sobre a base do trabalho escravo eram muito limitadas dado o fim do tráfico externo e as leis de transição para o trabalho livre, após um acordo assinado entre Brasil e Inglaterra. Logo, a manutenção do trabalho escravo constituía um obstáculo fundamental ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro, fazendo-se necessária, portanto, a passagem para novas formas de dominação do capital sobre a força de trabalho (Silva, 1985). Porém, mesmo com a abolição da escravatura e a transição para o trabalho livre e assalariado, acreditava-se e defendia-se que os libertos ou não eram aptos ou em números suficientes para essa

[5] "A empresa cafeeira permite a utilização intensiva da mão-de-obra escrava, e nisso se assemelha à açucareira. Entretanto, apresenta um grau de capitalização muito mais baixo do que esta última, porquanto se baseia mais amplamente na utilização do fator terra. Se bem que seu capital também esteja imobilizado – o cafezal é uma cultura permanente -, suas necessidades monetárias de reposição são menores, pois o equipamento é mais simples e quase sempre de fabricação local. Organizado com base no trabalho escravo, a empresa cafeeira se caracterizava por custos monetários ainda menores que os da empresa açucareira. Por conseguinte, somente uma forte alta nos preços da mão-de-obra poderia interromper o seu crescimento, no caso haver abundância de terras" (Furtado, 2007, p. 170).

[6] "Os primeiros capitais vieram ainda no Império para os setores de utilidade pública, com o propósito de complementar os investimentos estatais voltados ao melhoramento da infraestrutura urbana (energia elétrica, carris e telégrafos). Também participaram de atividades ligadas ao complexo cafeeiro (intermediação de exportações, comercialização, bancos ligados à lavoura, linhas férreas e portuárias). Sua origem correspondia em grande medida às corporações inglesas, mas já em 1905 o grupo canadense *Light and Powe*r desenvolveu as atividades ligadas ao transporte urbano e à energia elétrica [...]" (Campos, 2009, p. 44-45, grifos do autor).

nova fase da economia brasileira com outra forma de organização do trabalho (Moraes, 2025). Nessas condições, os pioneiros do café voltaram-se pouco a pouco para a imigração, vista como o único modo de resolver esse problema crucial (Silva, 1985).

Com o crescimento dos fluxos migratórios para São Paulo – principal centro de industrialização brasileira na época –, a questão do fornecimento de mão de obra e dos níveis salariais parece ter sido uma das que apresentaram maior facilidade de solução. Tanto o êxodo rural, quanto os fluxos migratórios e o crescimento demográfico impediram qualquer bloqueio maior nesse quesito. Além disso, o emprego feminino e o trabalho infantil pressionavam o salário masculino para baixo, aumentando as margens de lucro. A ligação entre o Estado e o capital estrangeiro também foi uma combinação frutífera com relação à implantação da mão de obra livre a partir do momento em que o país se viu forçado a adotá-la por pressão da Inglaterra.[7] (Silva, 1981; Cano, 2007).[8]

Além disso, as fugas maciças de escravizados em 1887, fez a imigração europeia pela primeira vez atingir números relevantes, com cerca de 32 mil pessoas chegando ao Brasil. Com a abolição formal, ainda, em 1888, esse número quase triplicou, atingindo 92 mil (Andrews, 1998). Já entre 1890 e 1896 chegaram no estado mais de 600 mil imigrantes, o equivalente a quase metade da população do período. E, entre 1901 e 1920, mais de 820 mil imigrantes estrangeiros chegaram na crescente economia paulistana, número maior do que o de ex-escravos libertos com a Abolição em todo o Brasil (Moura, 2021).

Como resultado, em 1920, os imigrantes representavam 62,5% dos ocupados na capital paulista. No caso do emprego industrial, representavam 52,2% dos trabalhadores na metalurgia, 53,4% na indústria de produtos químicos, 69,9% na indústria de alimentação e 64,3% em edificações. Eram também maioria no segmento de transportes (62,7%) e no comércio (63,6%), dentro do setor de serviços, porém, os brasileiros, por sua vez, se destacam nos demais segmentos desse setor 85,5% nas atividades de correios, telégrafos e telefones; 90,7% na força pública; 78,2% na administração pública; 70,8% das profissões liberais; e 63,1% dos serviços domésticos (Barbosa, 2003).

---

[7] O fim do trabalho escravo também se relaciona com os interesses do imperialismo, pois atendia as necessidades da Inglaterra de criar mercados consumidores para as suas mercadorias industrializadas após a Primeira Revolução Industrial, que se expandiu com a Segunda Revolução Industrial e mudança tecnológica por ela criada. Vale ressaltar, que isso ocorreu após o país se utilizar de forma lucrativa do comércio de escravos com a *Royal African Company* criada em 1663 com o objetivo de obter o monopólio da comercialização, assim como base do processo de acumulação primitiva ao utiliza-los como mão de obra em suas colônias (Ribeiro, 2018; Novais, 2019).

[8] A primeira tentativa se deu ainda na década de 1850 com os fazendeiros contraindo empréstimos com o Estado para custear a vinda dos imigrantes que pagariam pela viajem posteriormente. Esse modelo não foi eficiente, pois não conseguiu estimular a entrada de estrangeiros em um contingente suficiente para suprir a demanda do setor, em grande parte devido ao grau de exploração análogo ao da escravidão a qual estavam submetidos os trabalhadores. Com isso, criou-se a necessidade de o Estado intervir com a formação de um plano de imigração, os recursos usados nesse processo muitas vezes eram obtidos por meio de empréstimos estrangeiros (Silva, 1981; Cano, 2007).

Ou seja, como resultado da chegada de grandes contingentes de trabalhadores no epicentro da nascente economia industrial brasileira, fizeram com que a capital paulista apresentasse a maior taxa de população sem trabalho, 15,2%, contra uma média de 4,4% para o Brasil como um todo. Além disso, ainda era predominante o segmento de trabalhadores não especializados, representado por uma massa urbana não completamente convertida à disciplina do trabalho. Ou seja, a estrutura industrial, mesmo em plena expansão, ainda era pequena em relação à população ativa na cidade de São Paulo. O assalariamento – privilégio econômico e social na época – tinha abrangência apenas parcial, não havia proteção social ou regularização do trabalho e a precariedade ainda era predominante. Tal cenário, porém, não representava um entrave no capitalismo do centro dinâmico, pelo contrário, era um sinal de um traço muito típico do desenvolvimento desse sistema: a criação do exército industrial de reserva (Barbosa, 2003).

O mercado que se formava, então, era caracterizado pela extrema flexibilidade da mão de obra, ausência de obrigações contratuais por parte dos empregadores, enorme elasticidade da oferta de trabalho e salários desiguais definidos pelo empregador a depender do tipo de especialização, nível de mecanização, existência de sindicalização, sexo e idade do trabalhador. Nesse sentido, o paternalismo e as relações não capitalistas eram características predominantes desse mercado em formação (Barbosa, 2003).

Política estatal e mercado de trabalho: o papel do racismo

De acordo com o defendido por Clóvis Moura (2020), não havia nenhum plano concreto e significativo, por parte do governo ou de instituições políticas, para utilizar a mão de obra liberada após a abolição da escravatura. Na verdade, o contrário ocorreu, todos os investimentos existentes na época, daquelas regiões que tinham condições para tal, foram para o trabalhador estrangeiro. Ou seja, se afirma já de forma antecipada que a mão de obra flutuante não servia para a concretização do capitalismo brasileiro. Cria-se, assim, a visão de que o trabalhador europeu se integra na economia porque é superior frente ao trabalhador nacional, principalmente os negros, sendo estes, por sua vez, incapazes de se integrar.

Fernandes (1965) defendia que tudo ficava em volta do direcionamento que se pretendia para a ordem social competitiva e para a sociedade de classes no Brasil. Pressupunha-se que o trabalho livre não só extinguiria o trabalho escravo, mas também que o negro fosse substituído pelo branco como agente de trabalho. O próprio movimento abolicionista contava com a colaboração do escravizado e do liberto como combustível para a dissolução do sistema escravista dentro dos interesses da nascente camada dominante. Não se enxergavam neles, e nem procuraram estimular, entretanto, a condição de agente revolucionário independente com consciência coletiva. Formando-se assim um polo heteronômico e alienado, segundo o autor.

Com o crescimento das indústrias – concentradas, principalmente, em São Paulo –, as funções essenciais na produção artesanal e no comércio urbano foram monopolizadas pelos brancos, o que impulsionou mudanças bruscas na sua fortuna e atraiu ainda mais famílias estrangeiras para a cidade. Dessa forma, a região se consolidava como o primeiro núcleo urbano genuinamente mercantil e burguês. Nesse contexto, Fernandes (1965) observa que o "meio-negro" continuava preso a dinâmicas pré-capitalistas e anticapitalistas, carecendo de recursos para buscar ascensão e sem ousadia para enfrentar as ocupações degradantes que lhes eram destinadas.

Para Andrews (1998), porém, essa diferenciação de raça no mercado de trabalho no epicentro da indústria brasileira em consolidação dizia respeito mais a uma política de Estado do que das capacidades dos ex-escravizados. O autor, então, se propôs a analisar padrões mais amplos de desenvolvimento econômico, social e político, tratando particularmente do papel da raça na competição econômica na luta de classes, sempre integrando a política e o Estado no processo.

“Atitudes racistas ocorriam em todo o Brasil, mas não impediram o emprego de afro-brasileiros em outras regiões quase no mesmo grau em que isso aconteceu em São Paulo” (p. 135). A verdade é que a maior parte dos proprietários estavam determinados a manter o domínio inquestionado sobre seus trabalhadores e foi por isso que o programa de imigração foi um objetivo tão claro para a então província, para resistir às exigências dos trabalhadores no pós-abolição, inundando o mercado de trabalho com imigrantes – que sem subsídios jamais teriam vindo para o Brasil – e que foram, nas condições em que vieram, vulneráveis às exigências do patrão já que eram europeus pobres, desprovidos de poder aquisitivo ou economias para pagarem sua própria passagem para os EUA ou Argentina – regiões que as condições de trabalho e os salários eram melhores (Andrews, 1998).

Além disso, segundo Andrews (1998) foi consciente e intencional a vinda de unidades familiares, buscando minimizar ao máximo a proporção de homens sozinhos, que, responsáveis pela manutenção dos seus lares, ofereceram pouca resistência às exigências do patrão e ainda contavam com trabalho infantil e feminino a custos ainda menores.

Ou seja, o objetivo, na verdade, era claro: inundar o mercado de trabalho de forma a manter o baixo custo da mão-de-obra. Ficou claro que sem violência, a única forma de garantir baixos salários seria por uma massa de trabalhadores desempregados, assim como era necessário que os trabalhadores europeus chegados aqui fossem pobres e dependessem de emprego, mesmo a baixos rendimentos, para sustentar suas famílias (Andrews, 1998).

A questão é que o capitalismo que estava se instaurando no país tinha como base a conservação do latifúndio para preservar a relação de poder em favor dos proprietários de terras e possibilitar a exploração do trabalho na indústria a custos baixos (Moura, 2021). Nesse processo, o comportamento das instituições e órgãos repressores foi crucial. E a relação com o contexto externo

também: o imigrante chegava como excedente populacional da Europa, a fim de aliviar tensões sociais no Velho Continente e criar uma grande massa marginalizada no novo (Andrews, 1998).

Essa intencionalidade de criação de um exército industrial de reserva e a substituição do trabalhador negro pelo imigrante fica clara quando analisadas as características das duas populações, que, na verdade, se pareciam em muitas formas, inclusive na familiaridade com a urbanização. Já em 1872, por exemplo, a maior parte da população negra e mestiça não era mais escrava, mas liberta. E muitos conseguiram se estabelecer como artesãos e comerciantes. Foi apenas com a chegada dos imigrantes que esses começaram a desaparecer do cenário urbano (Andrews, 1998).

Nesse sentido, Andrews (1998, p. 100) reúne evidências da disseminação dessa crença de que os europeus tinham um "cérebro convenientemente educado e preparado para arcar com as dificuldades da nova ordem", imagem que era constantemente reforçada por meio de jornais e revistas. Além disso, divulgava-se que a competição criada no mercado de trabalho após a grande massa de imigrantes terem sido trazidas para cá não havia sido pensada ou planejada, e que havia lugar para todos. E o fato de que os trabalhos estavam principalmente sendo ocupados pelos imigrantes se daria também pela fuga dos libertos das fazendas e o abandono dos trabalhadores nacionais da posição conquistada, não deixando outra escolha aos fazendeiros no sentido que o liberto estaria segregado e "perdido" para a vida produtiva. Mas, fica claro na defesa de Andrews (1998), que o motivo da desvantagem do negro na competição por empregos não era a menor capacitação dos mesmos, mas sim o fato que o trabalhador branco e europeu foi assegurado uma posição privilegiada em relação ao negro e se esperava que fosse tirado plena vantagem disso.

Teoricamente os ambientes sociais eram mais fluidos, menos rigidamente estruturados e teoricamente livres para competir abertamente com os brancos. Porém, os benefícios como empregos, salários, educação e habitação não eram tão abundantes para todos, fazendo com que a competição se tornasse intensa. Esse quadro foi essencial para a expansão da economia cafeeira e consequente crescimento industrial – uma vez que foi o suprimento de trabalhadores europeus que estimulou a pressão sobre os salários. Logo, a discriminação e exclusão racial foram parte fundamental de uma política econômica e governamental da época. Não obstante, foi por isso que não havia em nenhum outro lugar do país um setor industrial que oferecesse melhores condições de trabalho do ponto de vista do empregador, como em São Paulo (Andrews, 1998).

Além disso, segundo Andrews (1998), os representantes desse grupo racial tradicionalmente dominante possuíam acesso preferencial ao Estado para influenciar a formulação de políticas trabalhistas, além de mecanismos institucionais designados a coagir os membros do grupo racialmente subordinado a entrar no mercado de trabalho assalariado. Esse arranjo beneficiava principalmente as indústrias que necessitavam de um investimento pesado em mão de

obra, como mineração, ferro e aço. Já as indústrias que se desenvolveram posteriormente e as empresas varejistas e de serviço muitas vezes encaravam esses controles raciais como dificuldade de tirar os trabalhadores da agricultura e das indústrias mais estabelecidas, tendendo a preferir um mercado de trabalho mais fluido e mais livre, dada sua fraqueza política. Os próprios sindicatos muitas vezes atuavam dentro dessa estrutura de segregação, organizando os trabalhadores brancos e negros em locais separados ou até excluindo os últimos para pressionar por privilégios informais ou impostos pelo estado para trabalhadores brancos.

O fato é que a vantagem do imigrante proveio de uma clara política do governo para substituir a mão de obra negra, seja subsidiando a vinda desses imigrantes ou disseminando uma imagem negativa do trabalhador negro em relação ao estrangeiro (Andrews, 1998). E, para manter esse cinturão de miséria que surge o preconceito de cor e o mito do mau cidadão, segundo Clóvis Moura (2021). Inclusive para aqueles que conseguem competir no mercado de trabalho técnico e qualificado, esses são barrados através de um processo de achatamento social, em todos os níveis de interação, que não o permite que, mesmo com uma mobilidade vertical, chegue aos estratos mais altos. Ou seja, em grande parte, a preferência dos empregadores pelos trabalhadores imigrantes se dava pela ideologia da classe dominante que classificava parte considerável da população negra como "maus cidadãos" por não se encaixarem nos padrões de comportamento esperados pela elite branca (Moura, 2021).

Como consequência, a posição dos trabalhadores negros era, em 1920, ainda pior na economia urbana do que havia sido trinta anos antes – eram quase barrados totalmente do trabalho nas fábricas e praticamente desapareceram por completo na cidade os artesãos negros. Essa situação relegou as populações negras a um estado de marginalização, praticamente confinadas ao subemprego e à miséria. As oportunidades de emprego raramente se mostravam disponíveis, apenas quando eram considerados serviços de negros, que os estrangeiros se recusavam a tomar. E as mulheres negras, por sua vez, tinham que se contentar com os empregos como empregadas domésticas, com características muito similares ao trabalho escravo. Em suma, esses serviços reservados à população negra eram, majoritariamente, mal pagos e de pouca ou nenhuma qualificação (Fernandes, 1965).

A situação começou a se alterar apenas após às mudanças na política do trabalho durante a década de 1930 com a Lei de Nacionalização do Trabalho, imposta pelo governo federal. E, apesar de os principais beneficiários terem sido os brasileiros brancos, a situação de exclusão dos negros na força de trabalho industrial, foi então, aparentemente, um fenômeno anterior a 1930, e em grande parte terminou na década de 1940 – evoluindo para um processo de peneiramento[9]. Porém,

[9] Processo de aberturas pontuais na contratação e ascensão ocupacional de pessoas negras de forma individual, e não coletiva, possibilitado pela intensificação do processo de industrialização e urbanização da cidade, que aumentou a

mesmo com a inserção gradual dos trabalhadores negros, esses continuaram sendo relegados ao mercado de trabalho braçal. O hiato de quarenta anos, desde a abolição, de preferência pelos imigrantes foi extremamente prejudicial (Andrews, 1998).

Portanto, o período pós-abolição foi decisivo na consolidação de diferenças raciais pronunciadas na economia industrial nascente, concentrada na cidade de São Paulo. Segundo a conclusão de Andrews (1998), as interações entre patrões, empregados e o Estado republicano explicam a substituição dos trabalhadores no pós-abolição. Além de manter salários baixos e enfraquecer o movimento operário, ainda possibilitou aos patrões a voltarem suas costas para os empregados que procuravam conduzir as negociações mais difíceis e exigentes.

Ou seja, a ordem social competitiva, de acordo com Fernandes (1965), se expandiu de uma forma compacta e fechada. A escravidão como base do modo de produção da economia brasileira teve seu fim com a abolição, mas o aparato e ideologia social na qual se baseou, mesmo com suas metamorfoses, continuou a influenciar grandemente a sociedade e economia brasileira. Por isso, a disputa pela participação no mercado de trabalho teria impedido a integração plena do negro na economia e na sociedade brasileira, não pela discriminação em si, mas pela marginalização, analfabetismo, pobreza, desemprego, desnutrição e criminalidade, todos elementos das heranças da escravidão e da contínua marginalização ao longo do desenvolvimento capitalista (Fernandes, 1965).

Ainda, as barreiras colocadas na mobilidade social e econômica da população negra teve como objetivo fazer com que os trabalhadores engajados no processo de trabalho não se entusiasmassem a fazer reivindicações radicais e perigosas para a classe dominante. Manteve-se a população negra como uma reserva de mão-de-obra não qualificada para assegurar uma pressão sobre os salários dos trabalhadores já empregados, além de atuar como elemento disciplinador (Andrews, 1998; Moura, 2021).

Um ponto importantíssimo na conclusão de Clóvis, então, é que, mesmo que muitas vezes inconscientes, os mecanismos de defesa das classes dominantes conseguem fazer com que o preconceito de cor mantenha esse equilíbrio da mão de obra a fim de que ganhem uma alta taxa de mais-valia e se previnam de possíveis reivindicações dos trabalhadores. A tese de Clovis Moura, então, é que a raiz do preconceito e da discriminação é na verdade a essência competitiva da sociedade brasileira. Ele vem primeiramente como justificativa do trabalho servil e, posteriormente, na sociedade de classes.

---

demanda por mão de obra e possibilitou a obtenção e manutenção de posições ocupacionais mais estáveis por parte de uma parcela da população negra, mas ainda manteve grande parte em ocupações marginais. Foi utilizado como forma de acomodar as tensões criadas pela sociedade racialmente excludente e manter o *status quo* (Andrews, 1998).

O papel do Estado oligárquico na manutenção do poder durante o crescimento industrial brasileiro

Grande incentivador e financiador das políticas de imigração em conjunto com os proprietários de terra e empresários – o Estado tem sua atuação nesse processo facilitada pela existência de uma organização política que representava os interesses agro-mercantis da classe dominante interna, cujo poder se manifestava em práticas de fraude eleitoral e violência exercida contra os eleitores e possíveis candidaturas alternativas. A República Oligárquica encontrou na ordem social herdada da colônia, em que se tinha relação de dependência entre os produtores e os proprietários, uma fonte de poder político que permitia conservar a superexploração do trabalho (Furtado, 2007, Saes, 2011; Perissinotto, 1994).[10]

A preponderância do senhor de terras era tal, que até mesmo a escolha dos funcionários públicos era realizada a partir dos seus interesses, além de ter o controle do judiciário e da polícia local (Perissinotto, 1994).

> É difícil pensar que essa situação peculiar existisse sem a presença de uma fração da classe dominante que exercesse sobre os trabalhadores o domínio pessoal e, no interior do bloco no poder, fosse dominada e tivesse o seu poder cada vez mais limitado pelo cerceamento da autonomia do poder local (Perissinotto, 1994, p. 107).

Com esse poder, o Estado Oligárquico forneceu à classe dominante os elementos necessários para a expansão da economia agromercantil por meio de uma política cambial que resultava em uma transferência de renda favorável aos exportadores em detrimento do restante da população. Uma outra expressão desse beneficiamento foi a ajuda financeira em momentos de crise ao setor, organizada em esquemas de valorização do café que contou com financiamento do capital estrangeiro via empréstimos (Perissinotto, 1994; Furtado, 2007).

Dessa forma, o ciclo do café no Brasil perpetuou as estruturas herdadas do período colonial, com as transformações que serviam apenas para preservar o passado, nunca romper com ele. O centro dinâmico da economia brasileira permaneceu externo, assim como as suas classes dominantes continuaram subordinadas aos interesses externos ao país, dada a garantia da manutenção dos seus privilégios (Prado Jr, 1954; Ribeiro, 2018; Furtado, 2007).[11]

---

[10] A figura do coronel era central para o controle dos membros do Executivo de sua região e o processo eleitoral, além da manutenção de uma relação social em que "*favorecia aquilo que se mostra como a presença típica da lavoura no nível político, isto e, a confusão entre o público e o privado em nível do poder local*" (Perissinotto, 1994, p. 105, grifos do autor).

[11] "Por hora ainda enquadramos o ciclo cafeeiro, e tudo que veio com ele, na evolução normal e tradicional da economia brasileira. É um ciclo como os demais. E nesse sentido, toda a superestrutura que se ergue sobres a economia cafeeira, não representa qualitativamente mais, apesar de seu vulto quantitativo, que as superestruturas que no passado se ergueram sobre o açúcar e demais produtos que fundamentam nossos ciclos anteriores" (Prado Jr, 1954, p. 62-63).

Sua lógica, que Fernandes (2020, p. 216) denominou de "dupla articulação", consistia na continuação de uma economia dependente das nações imperialistas (seja para o financiamento, crescimento e realização da produção) com uma sociedade que "concentrou extremamente a riqueza, o prestígio social e o poder em alguns estratos privilegiados" (Fernandes, 1975, p. 11) para fazer frente a remuneração do capital estrangeiro. Em sociedades desse tipo, como é o caso da brasileira, o sentido das transformações internas ocorreu como adaptações da ordem nacional às novas dinâmicas produzidas no centro do sistema capitalista.

Esse sentido ainda pôde ser percebido no desenvolvimento da economia cafeeira, que por meio da sua associação com o imperialismo, que injetou uma série de mudanças dentro da sociedade brasileira. A mais significativa foi a formação urbana e o advento da indústria como resultado da acumulação de capital, que criou um mercado consumidor por meio da introdução do trabalho livre e da capacidade de importações para a compra de máquinas. Durante os momentos de quedas nos preços internacionais, o capital cafeeiro auxiliou no crescimento industrial por meio da diversificação dos seus investimentos (Luz, 1978; Cano 2007).

O capital cafeeiro, portanto, foi fundamental para a formação e diversificação do complexo econômico de São Paulo, possibilitando o processo de acumulação de capital ao longo do período que antecedeu a crise de 1930. Esse impacto não se deu apenas pelo alto nível de renda que gerava, mas principalmente por ser o principal fator orientador e impulsionador da dinâmica de acumulação do complexo. Ele determinou, em grande medida, a capacidade de importação da economia brasileira da época e permitiu que capitais fossem direcionados para a indústria (Cano, 2007).

Para efeito de ilustração do papel do café no crescimento industrial, no início da Primeira República, a economia do Brasil ainda era quase exclusivamente agrária. Em 1907, de acordo com o censo industrial, havia 3.000 indústrias em todo o país, dentre elas 90% com 4 ou menos trabalhadores. Já entre 1920 e 1940, havia mais de 70.000 firmas, e 1,4 milhão de trabalhadores (Andrews, 1998).

Em 1907, apenas 15 das 100 firmas industriais estavam estabelecidas em São Paulo, o restante ficando distribuída principalmente entre Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. São Paulo era então responsável por 16% da produção industrial (Andrews, 1998) e por empregar 10% (14.614) dos operários do país nessa época (Barbosa, 2003). Porém, com os lucros da exportação do café e a imigração subsidiada, em 1920, sua participação na produção industrial do país duplicou (Andrews, 1998), assim como sua participação no número de empregados nesse setor (de 10% para 20% da força de trabalho operária brasileira). Nesse cenário, os operários assalariados eram 40% dos ocupados na capital paulista, número quase cinco vezes maior do que a média brasileira da época, de 8% (Barbosa, 2003).

Nesse sentido, a capital paulista surge como o primeiro *locus* não abortado de formação do mercado de trabalho moderno no Brasil, com uma diferenciação importante das atividades e uma escala mínima de níveis salariais. Foi nessa primeira onda de desenvolvimento da indústria também que começam a se destacar os papéis do patrão e do trabalhador assalariado, com padrões característicos do empresário e do trabalhador livre do sistema capitalista, enquanto no restante do país, ainda majoritariamente rural, o assalariamento ainda era um fenômeno incipiente, com os trabalhadores em moldes de subordinação indireta (Barbosa, 2003).

Nesse sentido, o papel dos imigrantes no primeiro surto de industrialização foi essencial, pois eles contribuíram para a expansão do mercado de trabalho e do consumo. Além disso, optaram por investir a poupança no comércio e na indústria, considerando as dificuldades de acesso à terra, e impulsionaram o crescimento da cidade de São Paulo. Dessa forma, a mão de obra estrangeira não apenas substituiu o trabalho escravo, mas também representou um aumento significativo no potencial de trabalho, necessário para atender à demanda de uma economia em pleno crescimento. A dinâmica da primeira fase da industrialização foi, portanto, fortemente sustentada pela crescente incorporação de mão de obra, enquanto as inovações tecnológicas e a racionalização dos processos produtivos tiveram um papel secundário (Fausto, 2016).

As consequentes contradições geradas no processo

Contudo, segundo Prado Jr (1953), a indústria brasileira enfrentou desde o seu início uma série de obstáculos ligados à estrutura colonial que travava o seu desencadeamento como processo. A permanência dos resquícios coloniais impossibilitava a criação de mercados consumidores em uma amplitude que desse sustentação à produção em larga escala. O baixo padrão de vida nacional também era um problema, além da falta de integração entre as diferentes regiões, dado que eram organizadas em torno do comércio exterior, o que as isolavam do restante do país.[12]

Se por um lado o café criava os elementos necessários para o crescimento das primeiras indústrias, por outro ele não resolveu os problemas que historicamente travavam o seu desenvolvimento. Apenas após a Primeira Guerra Mundial foi criada uma abertura para se pensar a superação dos problemas impostos pela estrutura colonial, "haja vista que os *imperialismos* estarão muito ocupados com suas próprias economias, dando-nos maior grau de liberdade" (Cano, 2014, p. 124, grifos do autor).

Nesse contexto, houve um grande impulso para o crescimento industrial, devido ao bloqueio do comércio internacional que a Primeira Guerra Mundial promoveu e que deixou os

[12] Acrescenta-se a isso a política liberal que favorecia as importações estrangeiras em detrimento da nacional que foi adotada após a Independência e no decorrer da maior parte da história nacional, com isso, as iniciativas de construção de uma indústria brasileira foram abortadas. Também aparecem como entraves para a criação do setor a deficiência de fontes de energia e de insumos essenciais para a criação de um parque industrial e a inexistência de um mercado de capitais que canalizasse recursos que financiasse a sua implantação e expansão (Prado Jr, 1953).

países periféricos sem possibilidade de importar produtos manufaturados.[13] Isso fez com que a indústria conquistasse uma certa notoriedade dentro da economia brasileira por atender ao consumo do mercado interno, além da sua capacidade de amenizar os problemas da balança comercial a partir da fabricação de mercadorias anteriormente importadas (Prado Jr, 1953; Suzigan, 2000).

Esse relativo prestígio ainda foi reforçado pelas constantes crises que a economia cafeeira passou, que se estendeu para muito além da sua natureza econômica e assumiu também uma feição política. Isso porque no início do século XX a arrecadação do governo foi prejudicada pela crise, o que criou sucessivos déficits que causaram um aumento do endividamento externo. Em resposta a este problema, o governo aos poucos começou a explorar impostos internos[14] com a ampliação do Imposto de Consumo criado em 1891[15] (Oliveira, 2010; Aureliano, 1999, Ianni, 1996).

Essa conjuntura levou à formação de um conjunto de expressões contestatórias da ordem social, econômica e política que vigoravam desde a independência política. Surgiu uma efervescência social que teve impactos de longo prazo na história nacional ao ensejar no seio da sociedade brasileira ideias voltadas para a superação da herança colonial e a formação de um Estado-Nação. Pode-se destacar o surgimento de novas forças políticas que surgiram nesse momento e que foram determinantes para os rumos tomados pelo país.

A primeira seria a classe industrial, cujo prestígio vinha da maior participação das indústrias nas receitas, esse grupo possuía uma certa tradição de pensamento que era resultado da luta pela industrialização brasileira que se arrastou desde as últimas décadas do período colonial.[16]

---

[13] Apesar da guerra ter representado uma redução dos investimentos no setor, que caem 59,5% em 1914 para 70,9% em 1915, se teve um crescimento da produção com o objetivo de fazer frente às necessidades internas. O produto industrial que tinha caído 8,7% em 1914, passou por um aumento nos anos seguintes com uma expansão de 12,9% em 1915, 11,4% em 1916 e 8,7% em 1917 (Prado Jr, 1953; Suzigan, 2000). Sobre o impacto do bloqueio na economia nacional Bandeira (1967, p. 45-46) comentou: "O Brasil sentiu os efeitos da guerra, mormente quando submarinos dos Impérios Centrais interromperam o comércio com a Europa. Até então, todos os artigos manufaturados vinham do Velho Mundo, inclusive caixões-de-defunto. O calçado Bostock, a manteiga Pelitier, o chá Lipton, encontravam-se com facilidade no comércio. Subito tudo faltou e o Brasil teve que produzir. O precário parque industrial que se arrastava desde os começos da República, deu um salto".

[14] Aureliano (1999, p. 59) sintetiza como ocorreu a tentativa de introduzir o nascente mercado interno brasileiro ao sistema tributário nacional na seguinte passagem: "O aumento da carga fiscal interna deu-se, pois, espasmodicamente, mediante expedientes de emergência, como a subida das alíquotas e diversificação das taxas, que eram utilizados como paliativos para o agravamento do déficit público, particularmente em períodos de dificuldades do comércio exterior. Só a partir do governo Vargas, e mais acentuadamente com o advento do Estado Novo, isto é, com o emergir de uma nova fase do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, é que se procedeu a sucessivos incrementos da receita tributária interna."

[15] Entre as áreas contempladas pelo novo imposto estão bebidas em 1897, vinhos estrangeiros em 1904, café torrado em 1906, louças e vidros em 1914 e pilhas elétricas em 1918 (OLIVEIRA, 2010).

[16] Segundo Luz (1978), as transformações socioeconômicas que se processavam na sociedade Ocidental a partir da emergência do modo de produção capitalista, sobretudo na Inglaterra, resultaram no surgimento de um modelo de desenvolvimento que passa a ser inspiração para outras civilizações. Apesar de todas as limitações impostas pela estrutura em que viviam, mesmo no período colonial é possível identificar figuras isoladas e pequenos grupos que pautavam em seus programas a bandeira da indústria. Um exemplo levantado pela autora é o da Inconfidência Mineira que em 1789 tinha um projeto de nação "em cuja República as manufaturas constituiriam peças capitais da ordem econômica a ser implantada." (Luz, 1978, p. 19). Um outro momento em que a indústria esteve em pauta foi com a chegada da família real portuguesa na colônia (fugindo do avanço das tropas de Napoleão Bonaparte em direção à

Durante a década de 1920 os industriais, a partir do prestígio que conquistaram, começaram a se organizar em um órgão de classe com o intuito de defender as suas reivindicações[17] e em resposta ao crescimento do movimento operário[18] (Leopoldi, 2000; Leme, 1978).

Fundou-se então em 1928 o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) em um contexto de embates sobre a política tarifária puxados pelo setor têxtil, de crise do sistema político oligárquico e de início dos debates sobre a política trabalhista no Congresso Nacional (além disso, após a sua criação sobreveio a crise de 1929) (Leopoldi, 2000; Leme, 1978; Luz, 1978).[19]

O temor de uma revolução comunista no país era um fator mobilizador importante entre os industrialistas devido à Revolução Russa de 1917, contudo, não foi apenas resultado de eventos externos, mas também do surgimento de um outro movimento de contestação da ordem social brasileira, que seria o proletariado. Os trabalhadores, a partir da Primeira Guerra Mundial, passaram a se manifestar contra as condições de trabalho precárias agravadas pelo conflito e aos poucos aderiram à ideia de mudança estrutural. A pauta que ascendeu as greves foi o atraso no pagamento dos seus baixos salários durante a guerra e que durante a epidemia de gripe espanhola em 1915 foram suspensos (Aureliano, 1999; Bandeira, 1967).[20]

Portugal), que motivou a criação de uma infraestrutura para acomodar a monarquia e aqueles que lhe acompanhavam. A política voltada para o setor econômico seguia a linha de pensamento de José da Silva Lisboa, que influenciado por um pensamento fisiocrata defendia a introdução da produção de mercadorias que não concorressem com similares estrangeiros. Os incentivos seriam restritos às atividades complementares ao comércio, agricultura, navegação e que fossem vitais para o bem-estar e adaptação dos lusitanos (Luz, 1978; Lima, 1978).

[17] Leme (1978, p. 10) destaca que ocorreu a criação algumas organizações anteriormente, mas que não conseguiram a expressão das que viram posteriormente, sobre os grupos criados até o ano de 1919 a autora destaca: "Afora o Centro Industrial, existem, em 1919, as seguintes entidades industriais: Centro Industrial Cearense, em Fortaleza; Centro Industrial do Brasil, Associação dos Engenheiros e Industriais, Associação da Classe dos Ourives Fabricantes do Rio, Associação dos Cervejeiros de Alta Fermentação, Centro do Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, Centro dos Industriais em Marcenaria, e Sociedade União dos Laticínios de Minas e do Rio de Janeiro, no Distrito Federal; Centro Industrial, em Belém do Pará; Centro dos Industriais de Herva Mate e Centro dos Industriais de Madeiras, em Curitiba; Sociedade Beneficente dos Proprietários de Padaria, em Recife; Associação dos Proprietários de Padaria, em Santos; União dos Proprietários de Padaria, em São Paulo; e Centro Industrial do Algodão em São Paulo."

[18] "Cabe ressaltar que, já neste momento, o operariado acha-se mais organizado do que o patronato. São 368 associações operárias espalhadas por todo o território nacional. A concentração maior, todavia, é no Distrito Federal, que conta com 111 entidades operárias. No Estado de São Paulo 49 dessas associações, sendo 10 na Capital" (LEME, 1979, p. 10).

[19] Segundo Leopoldi (2000, p. 72) a organização do CIESP foi dominada pela alta classe industrial, sendo que "Para presidir a primeira diretoria do CIESP foi escolhido Francisco Matarazzo, dono de um dos maiores complexos industriais da época, compreendendo os setores têxtil, de óleo vegetal e de moinhos de trigo. Matarazzo vinha da presidência do CIFT-SP. Os demais membros da diretoria da entidade eram industriais importantes, como Jorge Street, e industriais emergentes, como Roberto Simonsen (cerâmica), Horácio Lafer (papel), Jorge Ermírio de Moraes (têxtil) e Antônio Devisate (calçados). Havia também uma série de diretores sem cargos, como Carlos Von Bullow (Cia Antártica Paulista, cervejas); Alfredo Weiszeflog (Cia. Melhoramentos, papel e gráfica), Conde Pissoti Gamba (têxtil), Basilio Jafet (têxtil) e Conde Francisco Matarazzo Jr., entre outros. O CIESP reunia assim a elite da indústria paulista (a grande indústria, com maior capital e alto nível de concentração da produção industrial), não incorporando neste momento a média e a pequena indústria."

[20] "A jornada média de trabalho, nas fábricas, nas oficinas e na construção civil, iniciava às 6 da manhã, intervalo de uma hora para almoço, e somente às 6 da tarde. No comércio era pior, pois, o horário estendia-se até às 19 ou 20 horas, inclusive aos sábados. A vida média de um operário era de 25 anos.
Esta situação se tornava insuportável, agravada ainda mais pelo crescente custo de vida que, em 1916, alcançara 48,3%, atingindo em alguns artigos, níveis bem mais altos" (Bandeira, 1967, p. 47-48).

Toda a revolta acumulada se desdobrou nos protestos que ocorreram em 1917, um movimento que encontrava eco no que ocorria nos países beligerantes "sintonizando o ascenso mundial de massas que começava a se verificar nos países da Europa, especialmente na velha Rússia dos Czares" (Bandeira, 1967, p. 48). A ida dos trabalhadores às ruas causou um grande temor nas classes dominantes, com os jornais anunciando com alarde as suas movimentações que eram reprimidas pela polícia. A situação se agravou com a concretização da Revolução Russa que colocou o risco de uma revolução como um medo real (Bandeira, 1967).

Os trabalhadores brasileiros acolheram a Revolução como uma vitória e, no primeiro de maio de 1918, iniciaram movimentos grevistas que aumentavam ainda mais a tônica do temor burguês. O descontentamento dos trabalhadores e suas manifestações revelavam o abalo o qual a República Oligárquica estava submetida, com o seu principal motor econômico em crise, assim como a sua capacidade política de dominar as classes populares. Esse enfraquecimento ficou ainda mais explícito nos movimentos que surgiram a partir da década de 1920 que colocaram a sua continuidade em risco (Bandeira, 1967).

A década de 1920 foi importante para a história do operariado nacional, uma vez que em 1922 nasceu um dos seus principais órgãos de representação, o Partido Comunista Brasileiro (PCB). O PCB surgiu na cena histórica como um resultado do processo de criação de uma estrutura de representação da luta proletária e como um desdobramento da Revolução Russa de 1917. Até certo ponto, o PCB também foi criado como parte da política empreendida por Moscou, que visava se preparar para a revolução mundial (Pandolfi, 2004).

Seguindo a estratégia leninista vitoriosa em outubro[21], os russos buscavam criar vários partidos comunistas ao redor do mundo, que seriam coordenados por Moscou e se prepariam para a realização da revolução mundial assim que a luta de classes apontasse para a sua possibilidade. O ideário político do partido foi predominantemente influenciado pelo método e ideologia elaborados pela Internacional Comunista, com maior ênfase na Terceira Internacional. O programa era voltado para a defesa da necessidade de realização de uma revolução democrático-burguesa em uma aliança entre a burguesia progressista e os trabalhadores para um acerto de contas com o passado (Pandolfi, 2004).

Nesse sentido, a República estava passando, na época, por um sentimento profundo de alienação pública após as expectativas e esperanças presentes previamente a sua formação serem frustradas, uma vez que a participação política popular tinha severas restrições e suas instituições

[21] "Fundador do partido bolchevique, arquiteto da revolução russa e líder máximo do primeiro Estado operário, Lênin condiciona o aproveitamento das oportunidades históricas à presença efetiva do proletariado como sujeito histórico dotado de consciência de classe, tirocínio político e poder de ação para enfrentar a burguesia. Seu raciocínio é prático. Sem força e inteligência para disputar o poder, a classe operária simplesmente não tem meios objetivos e subjetivos para vencer a burguesia" (Sampaio Jr, 2011, p. 21).

tinham uma concentração de poder enorme por parte dos fazendeiros - mais especificamente os produtores de café do Sudeste. Sendo privados, em sua maioria, de poderem votar por serem analfabetos e ao verem enormes investimentos destinados aos imigrantes europeus por parte do governo do Estado – enquanto este se recusava a gastar qualquer quantia com trabalhadores negros brasileiros –, além da educação pública ser fortemente limitada, a população negra se juntou a essa onda de organização e agitação política. Porém, tendo o Brasil uma sociedade racialmente fechada, essas correntes não englobavam os afro-brasileiros para o movimento operário, o movimento tenentista ou para o Partido Democrático. Na verdade, os integrantes desses movimentos não tinham interesse algum em ver a população negra participando ativamente na política. Por essa razão, essa parcela da população começou a se organizar também politicamente, em formas independentes por meio da imprensa negra e centros cívicos, principalmente (Andrews, 1998).

Até antes da década de 1920 já surgia, por exemplo, a imprensa negra que continuou bastante ativa, principalmente em São Paulo, com jornais como O Menelike, O Kosmos, A Liberdade, Auriverde, O Patrocínio e, mais tarde, O Getulino e o Clarim d'Alvorada (Nascimento, 2000), com importante papel político. Em 1925, por exemplo, o Clarim d'Alvorada, demandava a criação de um "grande partido político composto exclusivamente de homens de côr", o Congresso da Mocidade dos Homens de Côr, que foi parte do impulsionador para a criação, em 1927, do Centro Cívico Palmares, que criou uma biblioteca cooperativa, patrocinou encontros e conferências e lançou uma campanha para permitir que os negros pudessem ingressar na Guarda Civil do estado de São Paulo. Como levantou o Clarim: "se conseguíssemos agremiar um só bloco, então o negro veria mudada a sua posição sem precisar curvar-se, a cada passo, ao mando e vontade de outros" (Andrews, 1998, p. 227).

As eleições de 1930 pareciam, então, uma oportunidade nesse sentido. Porém, devido a uma disputa de eleição presidencial dentro da organização, no final de 1929, o Centro Cívico Palmares não conseguiu oferecer à população negra um veículo institucional para criar um bloco eleitoral. Por essa razão, muitos afro-brasileiros entendiam ter motivos para apoiar o terceiro levante dos tenentes, apoiados também pelas elites proprietárias de terras do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Estados do Nordeste, que conseguiram derrubar a República colocando Getúlio Vargas como presidente (Andrews, 1998).

Porém, não foi encontrado nenhuma evidência de reivindicação por políticas públicas ou medidas relacionadas a maior e melhor inserção da população negra no mercado de trabalho nessa época, apesar de serem amplamente comuns os anúncios de emprego discriminatórios – que se utilizavam principalmente do termo "boa aparência" para se referir a pessoas não negras – talvez pela própria natureza implícita, bastante condizente com a manutenção do mito de que não havia discriminação racial no Brasil (Nascimento, 2000).

Da mesma forma, os movimentos sociais no "meio negro" nesse período, como expõe sFernandes (1965), não tinham caráter de contestação da ordem estabelecida, mas sim caráter integracionista. Ou seja, era a expressão do anseio de que os padrões de segurança, dignidade e igualdade social, vigentes na sociedade de classes para as pessoas brancas, valessem também para população negra.

Segundo Florestan (1965), foi apenas com as tendências sociais da primeira década do século XX, de inovações consideráveis e irreversíveis - além do agravamento das condições de vida pela crise de 1929 -, deram base para a construção das aspirações integracionistas e assimilacionistas no sentido da demanda por igualdade e criaram um ambiente propício para o nascimento de uma luta reivindicatória mais ampla. É também o interesse pelo conhecimento objetivo da realidade racial brasileira de forma a mobilizar a população negra em busca de inserção no debate e na solução dos problemas raciais do país. Foi essa orientação do inconformismo latente que foi direcionada para fins coletivos mais amplos e culminou na formação da Frente Negra Brasileira, em 1931.

Dessa forma, a partir da introdução do trabalho livre a complexificação social que se realizou no país a luta de classe se estabeleceu no país com os trabalhadores e as elites internas iniciando o seu processo de organização para defender seus interesses. A classe industrial, principal elemento de nossa análise, passa a se organizar para que perpetuar a manutenção a ordem social herdada do período colonial que lhe era fonte de privilégios, mais propriamente a superexploração do trabalho - que era produto da exclusão de uma fração da população do setor capitalista moderno justificado pelo racismo produzido durante o período colonial.

Conclusão

A preferência ao trabalhador imigrante e a exclusão do trabalhador negro partiu da intencionalidade da política de imigração e branqueamento por parte do Estado. A preferência não foi "natural" ou pela incapacidade dos negros. Diferentemente do que foi disseminado, não havia uma aptidão maior dos imigrantes em relação a esses para o trabalho assalariado e fabril, uma vez que o perfil dos imigrantes que chegavam ao Brasil para atuar nas cidades e na indústria nascente era, em sua maioria, famílias vindas de áreas rurais, pobres, sem experiência prévia com urbanização e industrialização. Nesse sentido, o nível de qualificação não se diferenciava expressivamente entre imigrantes e negros brasileiros (com taxas de analfabetismo e experiência prévia muito parecidas). E, as ocupações ofertadas na época, predominantemente, não exigiam um nível de escolaridade maior. Ou seja, mesmo que o trabalhador imigrante possuísse mais anos de estudos, estes não fariam diferença para a execução das funções.

Assim, o cerne da questão não seria a habilidade superior dos imigrantes, mas uma preferência, com base na discriminação racial, institucionalizada na política do Estado para o rebaixamento dos salários e enfraquecimento do movimento operário, assim como para o branqueamento da população. A política de proteção dos imigrantes foi elaborada para criar o exército industrial de reserva, utilizando os trabalhadores negros desempregados como massa de pressão em um processo de ameaça latente sobre os imigrantes trabalhadores. Esse processo, em consequência, relegou a população negra ao subemprego, desemprego e marginalização progressiva.

Nesse sentido, a discriminação racial mantinha o equilíbrio da mão de obra para manter a taxa de mais-valia alta, além de se prevenir de possíveis reivindicações dos trabalhadores. Ou seja, a raiz do preconceito e da desigualdade raciais seria a essência competitiva da sociedade brasileira, que vem primeiro como justificativa do trabalho servil e posteriormente da massa marginal na sociedade de classes. Os mecanismos de defesa dos interesses e da superioridade das classes dominantes eram tão fortes que, mesmo em uma sociedade claramente desigual e racista, ao mesmo tempo que se construiu a imagem negativa do negro, também se criou o mito que seria conhecido como "democracia racial", perdurando até a Ditadura Militar como parte da política do Estado. Ainda, tal cenário ideológico limitava enormemente a atuação do movimento negro, que precisava, primeiramente, antes de reivindicar uma ressocialização do negro, lutar pela compreensão que o preconceito e a discriminação racial eram problemas sociais reais.

O racismo e política aplicada nesse sentido, possui um sentido estrutural que reflete o próprio processo de formação do Estado Nacional brasileiro, uma vez que o país surge na história do capitalismo como uma colônia de exploração. Nessa posição o sentido pelo qual seu desenvolvimento ocorre se dá em primeiro plano da necessidade de atender ao processo de acumulação dos países centrais com produção de mercadorias que possam ser comercializadas e utilizadas na sua industrialização - além da transferência de riquezas - e em segunda plano para garantir um padrão de consumo para a classe dominante interna - que se alia ao imperialismo - no nível da elite dos países centrais.

Dessa maneira, o racismo e a exclusão social por ele produzida garante um padrão de superexploração da força de trabalho tanto no regime escravista como no trabalho assalariado que garante uma geração de excedente capaz de atender a exploração externa e garantir um alto padrão de vida. O racismo, então, é um elemento funcional para a reprodução do capitalismo dependente brasileiro ao garantir que dupla articulação (dependência externa e desenvolvimento desigual) permaneça sem constrangimentos. Como fator justificador da manutenção de uma grande fração da população desintegrada do sistema econômico moderno, o racismo também serve politicamente como fator desagregador da classe trabalhadora e demais classes excluídas ao fragmentá-las e

impedir ajam politicamente de forma conjunta para a superação desse sentido que se perpetua desde a colonização.

Referências bibliográficas

ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo, 1888–1988**. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1998.

AURELINO, Liana. *No limiar da industrialização*. 2. ed. Campinas: UNICAMP - IE, 1999

BANDEIRA, Moniz. *O ano vermelho:* a revolução russa e seus reflexos no Brasil. Coautoria de Clovis Melo, A. T Andrade, Nelson Werneck Sodré. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1967.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. A formação do mercado de trabalho no Brasil: da escravidão ao assalariamento. 2003. 374 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: 20.500.12733/1596832. Acesso em: 23 mar. 2026.

CAMPOS, Fábio Antonio. Imperialismo, formação econômica russa e Revolução de 1917. *Revista Novos Rumos*, Marília, SP, v. 56, n. 1, 2019.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo.* 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 2007.

COGGIOLA, Osvaldo. *As grandes depressões (1873-1896 e 1929-1939):* fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente. São Paulo: Alameda, 2009.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus Editora, 1965.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOBSBAWM, E. J. *Era dos extremos:* o breve século XX: 1914-1991. 2. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, E. J. *A era dos impérios:* 1875-1914. 11. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz & Terra, 2002.

HOBSBAWM, E. J. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo.* 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2003.

HOBSBAWM, E. J. *Nações e nacionalismo desde 1780:* programa, mito e realidade. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1991. 230 p.

IANNI. O. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil.* 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

KEMP, Tom. *A revolução industrial na Europa do século XIX.* Lisboa: Edições 70, 1987.

LEME, Marisa Saenz. *A ideologia dos industriais brasileiros, (1919-1945)*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

LIMA, H. F. *História do Pensamento Econômico no Brasil.* 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

LUZ, N. V. *A luta pela industrialização do Brasil:* 1808 a 1930. 3. ed. São Paulo, SP: Alfa-Ômega, 1978.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando Antonio. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil:* contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MORAES, Taís Dias de. As pressões do capitalismo periférico nas relações raciais: o exemplo da Região Metropolitana de São Paulo. 2025. 1 recurso online (209 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: 20.500.12733/33121. Acesso em: 23 mar. 2026.

MOURA, Clóvis. *O negro:* de bom escravo a mau cidadão? São Paulo: Dandara Editora, 2021.

NASCIMENTO, Abdias; NASCIMENTO, Elisa Larkin. Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1938-1997. In: *Tirando a máscara:* ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política:* uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

PANDOLFI, Dulce Chaves. A Aliança Nacional Libertadora e a Revolta Comunista de 1935. In: Getúlio Vargas e seu tempo. Rio de Janeiro: *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social*, 2004. p. 175-182

PERISSINOTTO, Renato M. (Renato Monseff). *Classes dominantes e hegemonia na República Velha.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

PRADO JR, Caio. *A Revolução Brasileira*. Editora Brasiliense, 6° edição, 1978.

PRADO JR, Caio. *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira.* São Paulo, Urupês, 1954.

PRADO JR, Caio. *Esboço dos fundamentos da teoria econômica.* 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a.

PRADO JR, Caio**.** *Formação do Brasil Contemporâneo*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961b.

PRADO JR, Caio. *História econômica do Brasil.* 3. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1953. 330p., mapas. Bibliografia: p. [321]

SAMPAIO Jr., Plinio Soares de Arruda. *Entre a nação e a barbárie:* uma leitura das contribuições de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado a crítica do capitalismo dependente. 1997. 295f Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP.

SAMPAIO Jr.., Plínio Soares de Arruda. Por que voltar a Lênin? Imperialismo, barbárie e revolução. Apresentação In: LENIN, V. I. *O Imperialismo:* etapa superior do capitalismo. Campinas-SP, FE-Unicamp, 2011.

SILVA, Sergio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1985.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira:* origem e desenvolvimento. São Paulo, SP: Hucitec, 2000.